

Relatório sugere a privatização de aeroportos

A privatização dos aeroportos brasileiros é uma das principais recomendações feitas por Demostenes Torres em seu segundo relatório parcial, apresentado ontem à CPI do Apagão Aéreo. Com o objetivo de solucionar a crise no setor, o senador sugere outras 15 medidas, entre as quais a elevação da qualidade dos equipamentos de controle de voo. **Página 6**

Remédio de uso contínuo mais acessível

Os medicamentos de uso contínuo oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ser entregues no domicílio do paciente, de acordo com projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. O colegiado acolheu também proposta alterando a lei que garante aos pescadores artesanais o recebimento do seguro-desemprego durante o defeso – período em que fica suspensa a prática da pesca, para preservação das espécies. **Página 2**

RORIZ RENUNCIA



No início da tarde, Roriz leva documentos em sua defesa à Mesa do Senado, que decide autorizar o processo contra ele

Lamentando “o furor da imprensa, o açodamento de alguns e as conclusões maliciosamente colocadas”, Joaquim Roriz renunciou ontem à noite ao mandato de senador pelo Distrito Federal. A carta informando a decisão foi lida por Mão Santa, secretário da sessão, presidida por Gilvam Borges. Se permanecesse no mandato, Roriz responderia a processo no Conselho de Ética, conforme deliberação da Mesa do Senado. Ele foi acusado de combinar a repartição de R\$ 2,2 milhões com um ex-presidente do BRB. **Página 3**

Senadores elevam punição para tráfico de drogas em escola

O tráfico de drogas em estabelecimentos de ensino ou suas imediações deve ser punido com mais rigor. Os senadores da Comissão de Justiça aprovaram ontem projeto de lei que aumenta de um terço ao dobro as penas de reclusão relacionadas com esse crime. Como foi acolhido em caráter terminativo, o projeto pode ser enviado à Câmara. **Página 4**

Celular pode ser bloqueado em presídio

Em decisão considerada uma grande vitória no combate à violência e ao crime organizado, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem projeto de lei que obriga a instalação de bloqueadores de celulares e de sinais de radiocomunicação em penitenciárias. A matéria deverá ser submetida a votação em turno suplementar na próxima semana. **Página 5**



Roosevelt Pinheiro

A UNE, entidade representativa dos estudantes que sempre esteve ligada à história política do país, foi homenageada ontem pelo Senado. Ela faz 70 anos em 13 de agosto. **Página 8**



J. Freitas

Marconi (à esq., ao lado de Delcídio e Casagrande) preside Comissão de Infra-Estrutura

Deliberações da Comissão de Assuntos Sociais incluem melhorias no sistema de saúde e mudança no salário-desemprego pago a pescadores no defeso

Paciente do SUS poderá receber em casa medicamento de uso contínuo

Os medicamentos de uso contínuo oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ser entregues no domicílio do paciente, conforme prevê projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, de autoria do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), recebeu decisão terminativa.



Proposta de Cícero Lucena recebeu decisão terminativa na CAS

O relator da proposição (PLS 28/07), senador José Nery (PSOL-PA), apresentou emenda, acolhida pela comissão, determinando que o SUS também deverá fornecer ao paciente, em seu domicílio, medicamentos sujeitos a controle especial, exceto os de uso restrito ao ambiente hospitalar. O motivo, observou

o relator, é assegurar os procedimentos necessários ao cuidado integral do paciente.

A CAS aprovou ainda projeto (PLS 199/05), do então senador Leonel Pavan alaterando a lei que garante

aos pescadores artesanais o recebimento do benefício do seguro-desemprego durante o defeso – período em que fica suspensa a prática da pesca, para preservação das espécies.

O pagamento do benefício, de acordo com o texto, passará a ser feito no primeiro dia do defeso e a cada período de 30 dias, não podendo, entretanto, ultrapassar 180 dias. Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) comunicar o início do período de defeso ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com

antecedência de 15 dias.

A comissão também acolheu, em decisão terminativa, proposta (PLS 73/06) do senador Flávio Arns (PT-PR) que modifica a Lei 8.742/93. A matéria tem como finalidade transferir do ministro da Previdência e Assistência Social para o ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome a deliberação sobre recurso contra decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social relativas à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

As matérias seguem para análise da Câmara, exceto se houver recurso para exame pelo Plenário.

Acolhido projeto que veda aposentadoria a parlamentar condenado por corrupção

Qualquer parlamentar que venha a perder o mandato por envolvimento em práticas ilícitas com dinheiro público não terá direito à aposentadoria estabelecida no Plano de Seguridade Social dos Congressistas. É o que determina o PLS 113/07, do senador Expedito Júnior (PR-RO), aprovado por unanimidade pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– O grande número de denúncias envolvendo parlamentares impõe ao Congresso a adoção de medidas moralizadoras da conduta de seus membros – ressalta Expedito Júnior.

O projeto nega ainda a aposentadoria ao parlamentar que renunciar ao cargo em virtude de processo pelas mesmas práticas ilícitas com dinheiro público. Também será

cassada a aposentadoria de ex-parlamentar que venha a ser condenado, definitivamente, por ato ou omissão lesivos ao erário, cometidos durante o mandato.

O texto segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votado em decisão terminativa.

Para o relator da matéria, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a aprovação



Autor da matéria, Expedito diz que pretende moralizar o Congresso

do projeto pela CCJ irá representar mais um fator positivo de recuperação da imagem do Legislativo junto à sociedade brasileira.

Regras para o salário mínimo devem ser analisadas pela CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu encaminhar à Mesa do Senado pedido para que o colegiado seja ouvido sobre as propostas de valorização do salário mínimo embutidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O projeto (PLC 42/07) estabelece regras para a correção do mínimo. A sugestão de incluir a CAS na tramitação da matéria foi apresentada pelo senador

Paulo Paim (PT-RS).

A comissão acolheu ainda projeto de Adelmir Santana (DEM-DF) e Paulo Paim para realização de audiência sobre a situação dos nutricionistas no país. Também foram aprovados requerimentos de Marcelo Crivella (PRB-RJ) para debate sobre o FGTS e de Lúcia Vânia (PSDB-GO) para audiência sobre medicamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada

A agenda do Plenário, com sessão às 14h, está trancada por 12 itens, entre medidas provisórias e projetos que tramitam em regime de urgência. Abre a pauta a

MP 364/07, que prevê crédito extraordinário em favor dos ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades.

Embaixadora da Guiana fala à CRE

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe a embaixadora da Guiana no Brasil, Marilyn Cheryl Miles, que debaterá com os senadores as relações do

seu país com o Brasil. Na segunda parte da reunião, o colegiado deve votar projetos que dispõem sobre acordos internacionais, como o que trata da situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

Educação brasileira em debate

A Comissão de Educação (CE) dá continuidade, às 10h, ao ciclo de audiências sobre propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação. Foram convidados, entre outros, Juçara Vieira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e Luiz Carlos de Souza, diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Gilvam Borges, Valter Pereira e Pedro Simon

Rosevelt Pinheiro



Quem sofrer representação deve se afastar de cargos, diz Delcídio

Delcídio propõe afastamento de investigados

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) anunciou ontem que irá apresentar projeto de resolução (PRS) determinando o afastamento preventivo de senadores que ocupem cargos na Mesa, na presidência de comissões ou na corregedoria no caso de ser apresentada representação regimental contra seus atos.

Delcídio justificou a proposta dizendo “sentir-se obrigado a tomar uma atitude à altura da importância histórica do Senado, diante das crises já vividas e solucionadas pela instituição”.

Jane Araújo



Para Suplicy, proposta vai reduzir tendência oligárquica nos partidos

Suplicy defende eleição para suplentes

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) instituindo eleições diretas para suplentes de candidatos ao Senado. Conforme a PEC, cada senador será eleito com dois suplentes, também escolhidos pelo voto popular.

– A proposta vai contribuir para reduzir a tendência oligárquica no interior dos partidos – disse.

O senador também manifestou apoio à decisão do presidente Lula de aumentar em 18,25% os benefícios do Bolsa Família.

Acusado de negociar a divisão de R\$ 2,2 milhões, Roriz envia carta à Mesa do Senado anunciando sua decisão. Horas antes, representação contra ele havia sido enviada ao Conselho de Ética da Casa

Roriz renuncia a mandato de senador

O senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) comunicou à Mesa do Senado, na noite de ontem, a renúncia ao mandato de senador, iniciado em fevereiro passado e que se estenderia até 2015. Após receber a comunicação, o presidente em exercício da sessão plenária, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), informou que a renúncia de Roriz será “efetiva e irrevogável” após ser publicada no *Diário do Senado Federal*.

A leitura do ato de renúncia foi feita pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que disse lamentar e sofrer com a decisão de Roriz “assim como vai lamentar e sofrer o povo pobre de Brasília”. O representante do Distrito Federal tomou a decisão após ser acusado de negociar com o ex-presidente do Banco de Brasília Tar-



Renan (C) preside reunião da Mesa diretora em que foi aceita representação contra Roriz

císio Franklin de Moura a divisão de R\$ 2,2 milhões, recursos supostamente liberados pelo empresário Nenê Constantino, presidente do Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas. No início da tarde de ontem, a Mesa do Senado havia aceito a representação do PSOL contra Roriz e enviado a matéria ao Conselho de Ética para investigação, a fim de verificar se houve quebra de decoro por parte do senador.

No início da carta-renúncia,

Roriz disse só pesar na sua consciência o mal que vinha sofrendo e que turvaria “uma vida pautada pela dignidade pessoal e pelo resguardo da coisa pública”. Ao fazer sua defesa na semana passada, o peemedebista admitiu ter tomado emprestado R\$ 300 mil de Nenê Constantino, dizendo ter usado uma parte para comprar uma bezerra e emprestado o restante para um amigo com problema de doença na família.

Ainda na despedida lida

por Mão Santa, Roriz reclamou do “notável desapareço” demonstrado pela Casa quando só 12 parlamentares presenciaram sua defesa. Também criticou o corregedor da Casa, Romeu Tuma (DEM-SP), acusando-o de ter agido “despido de serenidade, ponderação e senso de justiça” ao supostamente externar juízo de valor sobre o caso e condená-lo publicamente por meio da imprensa.

Após a leitura da carta de renúncia, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) defendeu Roriz e afirmou que o Senado precisa aprender a julgar. Já o senador José Nery (PSOL-PA) disse não ter havido prejulgamento no ato do seu partido e lamentou o fato de Roriz não ter aguardado o veredito do Conselho de Ética.

Almeida Lima, Casagrande e Marisa assumem relatoria

Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Almeida Lima (PMDB-SE) compõem a comissão que fará a relatoria do processo movido pelo PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. A decisão, anunciada em Plenário, foi precedida de negociação entre o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e os líderes do PMDB, Valdir Raupp (RO), do Bloco da Maioria, Ideli Salvatti (PT-SC), do PSDB, Arthur Virgílio (AM) e do DEM, José Agripino (RN).

Os três relatores reunem-se hoje, às 9h, com Quintanilha para definir um cronograma de trabalho. Em seguida, irão à Polícia Federal discutir

a conclusão na perícia iniciada pelo Instituto de Criminalística da PF em documentos apresentados por Renan em sua defesa. O encontro com o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, está marcado para as 11h.

Na opinião de Agripino, a definição dos relatores é importante para que “a crise” tenha um desenlace e o Senado “possa recuperar a sua credibilidade”. Ideli também mostrou-se satisfeita com a obtenção do acordo por entender que os três relatores conferem equilíbrio ao trabalho do conselho.

Marisa Serrano disse que encarou a indicação como uma missão a cumprir e salientou que o trabalho a ser desenvolvido pela comissão não pode ser e não será isolado.

Renan vê ação orquestrada pela mídia para derrubá-lo

Os setores da mídia que tentaram derrubar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não conseguiram querem agora fazer um terceiro turno para derrubar o presidente do Senado. A afirmação é do presidente da Casa, Renan Calheiros.

– Estou fazendo o que o Brasil quer que o presidente do Senado faça, falando a verdade, falando com vocês, olhando nos olhos e mostrando os fatos. Espero que o povo brasileiro ganhe, porque o que está acontecendo é uma covardia – declarou.

Renan disse que conta com a solidariedade dos seus pares no Senado e do povo brasileiro, pois, segundo ele, são falsas as acusações de que pagou contas pessoais com recursos de uma empre-

teira. Ao ser perguntado sobre a proposta do seu afastamento temporário durante o processo, Renan respondeu que de nada adiantaria ele deixar a presidência.

– Algumas pessoas pensam que podem separar as instituições de seus componentes, mas não podem: as instituições são os seus componentes – ressaltou.

Quanto às acusações de que tem protelado o processo, Renan respondeu que sempre contribuiu para agilizar as investigações.

Indagado sobre a escolha dos nomes para a comissão que irá relatar processo contra ele no Conselho de Ética, Renan foi sintético em sua resposta:

– São três bons nomes.

Suplente, Gim Argello ocupa vaga

Primeiro suplente do agora ex-senador Joaquim Roriz, o empresário Gim Argello é presidente do PTB do Distrito Federal. Bacharel em Direito, tem 44 anos e nasceu em São Vicente (SP). Mudou-se ainda criança para o DF, é casado e tem dois filhos.

Gim Argello foi por vários anos corretor de imóveis. Ingressou na vida política há 23 anos, participando da fundação do então PFL do DF. Foi eleito deputado distrital em 1998, sendo reeleito em 2002. Ocupou a presidência da Câmara Legislativa entre 2001 e 2002 e a vice-presidência nos períodos 1999/2000 e 2003/2004.

Em março de 2005 filiou-se ao PTB e tornou-se presidente regional da legenda. No mesmo mês assumiu a Secretaria do Trabalho do governo Joaquim Roriz. O suplente direto de Argello, com a renúncia de Roriz, é Marcos de Almeida Castro.

Adiada cirurgia de Cafeteira, que segue internado

A cirurgia que seria feita no senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA), na manhã de ontem, no Hospital Sírio-Libanês, foi adiada por alguns dias. A informação é da assessoria do senador, em nota divulgada à imprensa. Cafeteira seria submetido à drenagem de um higroma (cisto formado por vazamento do líquido que preenche os espaços do cérebro).

O adiamento deve-se ao baixo nível de plaquetas sanguíneas, segundo explicações do neurocirurgião Felix Tahl, responsável pelo procedimento cirúrgico. Como não se trata de uma emergência, o médico explicou ainda, segundo a assessoria de Cafeteira, que o recomendado seria aguardar a elevação do nível de plaquetas para a realização da cirurgia.

O senador Cafeteira apresenta quadro estável e continuará internado no Sírio-Libanês, onde está desde o último dia 24.

Pena mais rigorosa poderá desestimular a presença de traficantes em estabelecimentos escolares e suas imediações, afirma relator de projeto, Tasso Jereissati

Sugerido plebiscito sobre criação do estado de Carajás

A população do Pará poderá decidir em plebiscito sobre a criação do estado de Carajás. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem parecer favorável a projeto de decreto legislativo que estabelece a realização de consulta popular sobre a nova entidade da Federação, a ser feita no prazo de seis meses a contar da data da publicação do decreto.

A matéria (PDS 52/07) vai agora à votação do Plenário do Senado e, se acolhida, irá à Câmara dos Deputados. O projeto é de autoria do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e obteve parecer favorável do relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A aprovação da proposta na CCJ foi recebida com euforia e aplausos por dezenas de prefeitos e vereadores do Pará que participaram da reunião. O novo estado seria constituído por quase 40 municípios.

Aposentadoria especial deve mudar regras

Os senadores da Comissão de Justiça acolheram ontem duas emendas apresentadas em Plenário ao projeto de lei complementar que trata da concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. As emendas ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 68/03 – Complementar) objeto das emendas é do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e tramita em conjunto com os PLS 250/05 – Complementar e 8/06, respectivamente de autoria dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Marco Maciel (DEM-PE). O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ofereceu parecer favorável às duas emendas.

CCJ aumenta punição para o tráfico de drogas em escola

Projeto de lei aprovado ontem pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em turno suplementar e decisão terminativa, determina que as penas de reclusão para os crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes no interior dos estabelecimentos de ensino ou em suas imediações serão aumentadas de um terço ao dobro. A legislação em vigor estabelece, para esses delitos, ampliação de um sexto a dois terços do período de reclusão.

De autoria do senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações, a proposta (PLS 34/03) foi acolhida nos termos de substitutivo elaborado pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e será encaminhada diretamente ao exame da Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação no Plenário do Senado, como assinalou o senador Valter Pereira (PMDB-MS),



Projeto aprovado na Comissão de Justiça irá logo à Câmara se não houver recurso ao Plenário

que presidiu a reunião da CCJ.

De acordo com o substitutivo, também serão elevadas de um terço ao dobro as penas pela prática dos crimes relacionados nos artigos 33 a 37 da nova Lei Antidrogas (11.343/06), desde que envolva ou vise atingir criança ou adolescente, ou quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida sua capacidade de entendimento e determinação.

Desestímulo

Tasso Jereissati observa no parecer que a proposição tem por objetivo desestimular a presença de traficantes nos ambientes estudantis, “que abri-

gam jovens em formação, suscetíveis à pernicioso influência desses bandidos que se travestem de estudantes e colegas para livremente agir contra nossa juventude”. O relato fez adequações ao projeto, já que o texto original alterava lei que, posteriormente a sua apresentação, foi revogada pela

nova Lei Antidrogas.

Jereissati argumenta ainda, em seu relatório, que não se poderá dizer que o projeto venha a ensejar injustiças, punindo com excessivo rigor jovens imaturos que, “por irresponsável espírito de aventura, eventualmente ‘brinquem’ de traficante”.

– A jurisprudência tem sabido identificar os verdadeiros e habituais criminosos, distinguindo-os dos usuários e viciados e até mesmo daqueles jovens que, por absoluta inexperiência, caem nas armadilhas proporcionadas por sua personalidade em formação – assinalou o senador.

Uso de airbag em veículos novos poderá ser obrigatório no Brasil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem, também em turno suplementar e em decisão terminativa, substitutivo a projeto que obriga o uso de *airbag* nos automóveis – para proteção dos passageiros dos bancos dianteiros –, barras de proteção lateral e arco de proteção superior. De autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a proposta foi relatada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que deu parecer favorável, na forma de substitutivo.

O projeto (PLS 115/04) introduz modificações no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) e estabelece que a exigência da colocação do *airbag* será progressivamente incorporada aos novos modelos de veículos, fabricados, importados, montados ou encarroçados, a partir do primeiro ano após a definição, pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), das especificações técnicas pertinentes e do respectivo cronograma de implantação.

Lúcia Vânia salienta, em seu parecer, que a proposição sustenta-se dian-

te das transformações tecnológicas da produção automotiva, que tendem a elevar continuamente a potência e o desempenho dos motores. Por esse motivo, argumentou, é necessário também aumentar o nível de segurança dos veículos.

– Nesse contexto, diversos dispositivos de proteção estariam sendo incorporados aos veículos, não mais restritos aos chamados modelos de luxo. Equipamentos capazes de prevenir acidentes graves, como os mencionados na proposição, já estariam disponíveis mesmo para carros econômicos – assinala ainda a parlamentar.

Eduardo Azeredo observa, na justificativa do projeto de sua iniciativa, que esses dispositivos de segurança são sempre oferecidos, no Brasil, como itens opcionais. Isso, na sua opinião, leva o consumidor a “reagir negativamente à possibilidade de pagar pelos equipamentos, seja por questões de ordem financeira, seja por desconhecimento acerca de como um determinado componente pode atuar na prevenção de acidentes”.

Projeto aprovado desburocratiza o registro de empresa

Parecer favorável a projeto que fixa diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas foi acolhido ontem pela Comissão de Justiça. A iniciativa também cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). A proposta, de autoria do deputado Francisco Rodrigues e relatada na CCJ pelo senador João Ribeiro (PR-TO), será examinada agora pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o senador Valter Pereira, que dirigiu a reunião da CCJ, o projeto “destrava o caminho das empresas”. Durante a discussão da matéria, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) também elogiou a iniciativa, afirmando que ela vai contribuir para a desburocratização desses procedimentos necessários às pessoas jurídicas.

Grupo de trabalho estudará medidas contra impunidade

A Comissão de Justiça vai criar um grupo de trabalho de cinco senadores para, no prazo de 30 dias, discutir e agregar todas as propostas em tramitação no colegiado que tratam dos códigos de Processo Penal e Civil, segundo requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), aprovado ontem. A prioridade é para o processo penal.

Ideli esclareceu que a iniciativa visa à introdução de modificações na atual legislação, no sentido de evitar a procrastinação nos julgamentos pela Justiça e a prescrição de processos, para que os envolvidos sejam, efetivamente, condenados e presos.

– O objetivo é não termos a impunidade como marca no nosso país. Esse trabalho também colocaria o Senado num outro patamar, para que possamos ser propositivos, neste momento em que a Casa passa por uma situação difícil.

A senadora ressaltou que o grupo de parlamentares trabalharia à semelhança do que ocorreu com o procedimento utilizado pela CCJ quando aprovou o pacote de segurança pública, com um total de 11 projetos, reunindo todas as propostas que tramitavam na Casa sobre o assunto.

Atualmente, explicou Ideli, o que ocorre é um intenso e efetivo trabalho da Polícia Federal, que ultimamente realizou cerca de 400 operações, mas que resultaram em apenas 19 pessoas condenadas, cujos processos foram realmente concluídos pela Justiça.

– Há muita morosidade da Justiça devido à legislação do Processo Penal.

Romeu Tuma (DEM-SP) concordou com a proposta, afirmando que “todo mundo cozinha processo”. Esse procedimento é conveniente, complementou Ideli, e por esse motivo o processo prescreve. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou que o dever de modificar essa legislação é do Congresso, pois a Justiça cumpre a lei.



Hobaika, Botelho, Quintiliano, Valter Pereira, Getschko, Parajo e Tavares

Crime cibernético fatura US\$ 105 bilhões por ano

Os chamados crimes cibernéticos, que envolvem a utilização de redes de computadores, já representam faturamento anual superior a US\$ 105 bilhões, conforme levantamento do governo norte-americano divulgado pelo juiz do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Fernando Neto Botelho.

Ele participou de audiência conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência e Tecnologia (CCT), que discutiu, ontem, o substitutivo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos que visam combater esses crimes. Favorável ao substitutivo, Neto Botelho frisou que “diante da ausência de uma lei expressa, não se pode impor pena para esse tipo de delito”.

O diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Comitê Gestor da Internet, Demi Getschko, mencionou a dificuldade de se legislar sobre crimes internacionais, pois se os provedores brasileiros exigirem cadastro, os criminosos podem registrar

seus sites em outros países. Segundo o perito criminal Paulo Quintiliano, da Polícia Federal, o criminoso, hoje, atua para obtenção de vantagem financeira ilícita “sem ter que trocar tiros com a polícia”.

O presidente da Associação Brasileira de Provedores de Acesso (Abranet), Eduardo Parajo, informou que as empresas do setor investirão R\$ 13,2 milhões por ano para armazenar as informações de cadastro dos usuários, conforme estabelece o projeto de Azeredo. Para o consultor jurídico Marcelo Bechara Hobaika, o artigo que trata das responsabilidades dos provedores de acesso deveria ser retirado do projeto, por não ter sido debatido com a sociedade.

Azeredo disse estar pronto a aceitar críticas e sugestões, mas observou que o país precisa de uma legislação sobre o tema. Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que os participantes da audiência enviem sugestões de emendas ao substitutivo.

Serys quer aprimorar combate à pornografia infantil

O Brasil deve acompanhar a Convenção sobre o Cibercrime, celebrada em Budapeste, em 2001, para que o país possa aprimorar o combate à pornografia infantil na internet, sugeriu Serys Slhessarenko (PT-MT) durante a audiência.

Segundo a senadora, cerca de 3,5 mil portais na rede mundial de computadores comercializam vídeos e fotos de abuso sexual de crianças e adolescentes. Serys também sugeriu que o substitutivo contemple medidas para evitar utilização de cartão de crédito para a compra desses materiais.

De acordo com o presidente da ONG Safernet Brasil (rede que engloba 26 países em torno do combate à pornografia infantil e dos crimes de ódio racial), Thiago Tavares, o substitutivo deve ter dispositivos que harmonizem a legislação brasileira à convenção sobre cibercrime.

Tavares ressaltou que apenas 1% do conteúdo pornográfico está hospedado em provedores brasileiros e, assim, a Polícia Federal encontra dificuldades para identificar os criminosos brasileiros que acessam sites estrangeiros.

Comissão de Infra-Estrutura acolhe, em decisão terminativa, substitutivo de Flexa Ribeiro que determina instalação de bloqueadores com recursos do Fistel

Aprovado bloqueio de sinal de celulares em presídios

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, por unanimidade, substitutivo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a projeto do então senador Rodolpho Tourinho que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de bloqueadores de celulares e de sinais de radiocomunicação nas penitenciárias estaduais e federais. A votação em turno suplementar ficou acertada para a próxima semana. A proposta (PLS 137/06) tramita na CI em decisão terminativa.

O substitutivo aprovado ontem foi elaborado após audiência pública que discutiu o conteúdo do projeto. Flexa Ribeiro acatou parcialmente emenda de Serys Slhessarenko (PT-MT) determinando que os valores decorrentes da aplicação das multas previstas

sejam revertidos para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a fim de financiar investimentos em tecnologia de segurança.

Flexa Ribeiro manteve o entendimento de que deve ser utilizado o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) como fonte de custeio das ações de bloqueio e controle, mas acatou, no entanto, a implementação, a médio prazo, da instalação da opção tecnológica “sistema de extração de identidade de telefonia celular” (ERB móvel).

– Os recursos já existem, basta garantir que os recursos do Fistel não sejam contingenciados. Nos últimos quatro anos, a arrecadação do fundo somou R\$ 14 bilhões, dos quais somente R\$ 1,4 bilhão foi utilizado pelo setor de telecomunicações.

Segundo Flexa Ribeiro,

caso as operadoras fossem obrigadas a pagar pela instalação dos bloqueadores, certamente haveria repasse aos consumidores. Ele ressaltou, ainda, que os recursos do Fistel serão utilizados “uma única vez”, apenas para os presídios já existentes. Isso porque a legislação em vigor exige que os novos presídios sejam construídos com os respectivos bloqueios de sinais de radiocomunicação.

O senador também afirmou que os bloqueadores e a tecnologia ERB não criam problemas para quem mora em áreas vizinhas às penitenciárias. O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), disse que a decisão representa uma grande vitória para todos os que estão comprometidos com o combate à violência e ao crime organizado.



Marconi, entre Heráclito (E) e Delcídio, preside reunião da CI que aprovou em primeiro turno o PLS 137/06

Análise de indicação para o Dnit é adiada

A votação da mensagem presidencial que indica o economista Luiz Antonio Pagot para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) foi adiada porque o senador Mário Couto (PSDB-PA) pediu vista do relatório favorável de Jayme Campos (DEM-MT).

A mensagem seria analisada ontem pela CI. Por decisão do presidente da comissão, Marconi Perillo, a solicitação de Mário Couto foi transformada em pedido de vista coletiva por cinco dias úteis. Couto afirmou que precisa sanar dúvidas para poder votar consciente e com segurança.

CI acata benefício para região de usinas de álcool

Projeto que inclui o trecho das rodovias BR-101 e BR-214, situado entre Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), no Plano Nacional de Viação, foi aprovado ontem pela Comissão de Infra-Estrutura. O autor do projeto (PLS 22/04), Magno Malta (PR-ES), disse que a região tem grandes usinas de álcool que serão beneficiadas.

A CI decidiu ainda arquivar os relatórios da Anatel relativos aos exercícios de 2004 e 2005. Na mesma reunião, Marconi Perillo comunicou o adiamento da audiência sobre a usina de Belmonte (PA), que estava prevista para hoje. A nova data não foi definida.



Dornelles condena aumento nas taxas de ocupação de terras

Dornelles: reajuste cobrado pela União no RJ é abusivo

O reajuste das taxas de foro e laudêmio cobradas pela ocupação de terras da União no Rio de Janeiro foi considerado abusivo por Francisco Dornelles (PP-RJ). Conforme o senador, esse aumento teria chegado a mais de 10 mil por cento em algumas localidades.

Dornelles também reclamou de falhas na demarcação de terras nas regiões oceânica e dos lagos do estado por parte da Secretaria de Patrimônio da União.

– Os proprietários se tornaram simples ocupantes de terrenos da União e terão de pagar uma pesada taxa para terem seus imóveis regularizados – comentou.

Governo anuncia medidas para atender pescadores

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que, para enquadrar os pescadores de lagosta na nova legislação que passou a regular a atividade, será feito, na próxima semana, o levantamento dos pescadores que ainda não estão inscritos nos programas de financiamento.

Além disso, serão destinados R\$ 12 milhões em forma de indenização aos pescadores que entregarem suas redes e adquirirem os covos (únicas armadilhas permitidas).



Jucá diz que proposta busca resolver impasse sobre a pesca da lagosta

Comissão de Orçamento tentará votar LDO hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) transferiu para hoje, às 10h, a votação do relatório do deputado João Leão (PP-BA) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008. O documento não pôde ser analisado ontem porque o Plenário da Câmara estava mobilizado para votar os projetos da reforma política.

João Leão leu ontem o relatório final, na forma de substitutivo ao texto encaminhado pelo governo, e houve a apresentação dos destaques dos parlamentares. O relatório da LDO recebeu 2.356 emendas dos deputados e senadores, e o relator aceitou 849, a maioria de forma parcial.

Durante as discussões, parlamentares reclamaram de uma emenda, apresentada pelo próprio relator, que impede o governo de executar emendas dos orçamentos de 2005 e 2006 que entraram na lista de “restos a pagar” ao longo de 2007. A mesma emenda determina que só poderão ser pagas em 2008 despesas de 2007 empenhadas até o fim deste ano. João Leão argumenta que o governo “executa até três orçamentos” ao mesmo tempo.

Emendas rejeitadas

Os deputados e senadores que tiveram emendas rejeitadas tentarão reverter hoje a decisão do relator, propondo que elas sejam votadas separadamente. O deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) protestou porque, segundo ele, o relator havia rejeitado “quase todas as emendas” dos parlamentares de oposição.

O projeto da LDO, votado anualmente, estabelece as metas e prioridades do governo para o ano seguinte. Deve ser votado pelo Congresso até o dia 17 de julho e, caso isso não ocorra, os parlamentares não podem começar o recesso de meio do ano – de 18 a 31 de julho.

O presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), pretende terminar a votação da LDO ainda nesta semana, remetendo o projeto ao exame do Congresso até o dia 12.

Demostenes recomenda, entre outras medidas para solucionar crise aérea, modernização dos equipamentos de controle de voo e sua desmilitarização

Relator de CPI sugere a privatização de aeroportos

Uma das principais recomendações do senador Demostenes Torres (DEM-GO) no seu segundo relatório parcial, apresentado ontem à CPI do Apagão Aéreo, é a privatização dos maiores aeroportos brasileiros. Com o objetivo de solucionar a crise aérea no país, o texto sugere ainda 15 outras medidas, entre as quais a elevação da qualidade dos equipamentos de controle de voo.

Demostenes propõe a concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Congonhas, Guarulhos, Brasília, Galeão, Salvador, Recife, Santos-Dumont, Porto Alegre, Curitiba, Confins e Fortaleza. Ele observou que, mesmo não havendo lei específica sobre concessões aeroportuárias, há possibilidade de que as privatizações sejam feitas

de imediato por meio de concessão e permissão de serviços públicos.

Instrumentos

A modernização dos instrumentos de controle de voo, a seu ver, eliminaria uma das principais causas de atrasos e cancelamentos de vôos – ocorrência de neblina e chuva –, uma vez que vários aeroportos passariam a ter capacidade de operar pousos e decolagens com auxílio de instrumentos independentemente de condições visuais.

A diferenciação das tarifas aeronáuticas aeroportuárias é outra recomendação feita por Demostenes visando diminuir o congestionamento nos principais aeroportos. Segundo ele, uma elevação das taxas pagas pelas companhias aéreas, pelo uso de aeroportos mais movimentados,

direcionaria a demanda para os ociosos, diminuindo o grau de saturação dos primeiros.

Com relação à desmilitarização do controle de voo brasileiro, Demostenes propõe a separação dos sistemas civil e militar somente a partir da implantação do sistema CNS/ATM (sigla em inglês para Comunicações, Navegação, Vigilância e Gestão de Tráfego Aéreo) prevista para 2017.

Para o senador, é urgente a necessidade de aprofundar a discussão sobre a forma adequada de conceder aumento salarial aos controladores. O texto aponta ainda a necessidade de revisão e fortalecimento das rotinas de supervisão e de modernização dos equipamentos e *software* usados no monitoramento de vôos.

Parecer final será encaminhado a Lula

Ao destacar a boa qualidade do segundo relatório parcial, o presidente da CPI do Apagão Aéreo, Tião Viana (PT-AC), comunicou que deverá encaminhar cópia do texto final, a ser produzido pela comissão em novembro, ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

– Tenho o entendimento de que, pela importância deste trabalho, pela seriedade e pela visão propositiva ao próprio governo, a CPI, ao final dos trabalhos, deverá levar o relatório no seu todo ao presidente da República e aos membros do governo para que o senador Demostenes possa transmitir o teor e a intenção do documento – disse Tião Viana.

Após a leitura do relatório, vários senadores parabenizaram Demostenes pelo trabalho realizado. Mário Couto (PSDB-PA), mesmo lembrando que ainda há muito para ser investigado, considerou



Viana (D), ao lado de Demostenes: relatório merece “calorosos aplausos”

digno dos “mais calorosos aplausos” o trabalho executado até o momento. Ele destacou especialmente a orientação do trabalho de Demostenes, voltada não só para identificar os problemas e responsabilizar pessoas, mas, principalmente, preocupando-se em apresentar soluções para a melhoria do sistema.

Romeu Tuma (DEM-SP) elogiou Demostenes pela paciência na tomada de depoimentos em busca das informações necessárias.

Gilvam Borges (PMDB-AP) parabenizou o relator pela escolha acertada

de depoentes para prestar esclarecimentos à CPI e cobrou a inclusão no texto de uma alternativa explícita visando resolver no curto prazo o problema salarial dos controladores.

Infraero

A CPI aprovou ontem requerimentos de Demostenes Torres solicitando à Controladoria Geral da União (CGU) o compartilhamento dos sigilos bancário e fiscal de servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e de companhias que assinaram contratos com a estatal.

Agripino teme entrada da Venezuela no Mercosul

Na opinião de José Agripino (DEM-RN), o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, quer que aquele país entre no Mercosul para dificultar as relações comerciais do Brasil e dos demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia.

O senador assinalou que a condição essencial para qualquer país latino-americano participar do Mercosul é que tenha democracia plena, e comentou a proibição imposta por Chávez para todos que, no referendo, votaram contra as mudanças feitas pelo presidente na Constituição venezuelana.

Chávez está proibindo essas pessoas de serem funcionários públicos, prestar qualquer serviço a órgãos governamentais e participar de licitações públicas. Além disso, acrescentou o senador, o Congresso venezuelano deu a Chávez o poder de legislar por meio de decretos. “Que democracia é essa?”, questionou.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que gostou das declarações da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que repudiou o prazo



Roosevelt Finheiro

Para Agripino, Chávez quer dificultar relações do bloco

de três meses dado por Chávez para o Congresso votar a entrada do seu país no Mercosul. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) salientou que Chávez pretende retirar a liderança histórica do Brasil no continente.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) frisou que é possível restabelecer o diálogo entre as duas nações “no mais alto nível” e que os incidentes são todos superáveis. Flávio Arns (PT-PR) assinalou que o presidente Lula tem dado declarações destacando os critérios exigidos para ser um país-membro do Mercosul. Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que o governo já se posicionou contra qualquer cobrança de Chávez e na defesa do Congresso brasileiro.

Valter Pereira critica Chávez por dar “ultimato” ao Brasil

Valter Pereira (PMDB-MS) criticou o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por ter dito que, se o Congresso brasileiro não aprovar a entrada da Venezuela no Mercosul até setembro, retirará o pedido para ingressar no bloco, dando um “ultimato” ao Brasil. A declaração também foi endereçada ao parlamento paraguaio, lembrou o parlamentar.

Para o senador, o dirigente venezuelano é “falastrão, arrogante e presunçoso”.

– Ele verbera como se sua presença na organização fosse indispensável e como se o Mercosul dependesse de sua filiação para se consolidar. Ninguém vai chorar sua ausência. Bom parceiro comercial ele não tem sido – afirmou.

Valter Pereira frisou que o Senado fez um “educado apelo” para que Chávez



Roosevelt Finheiro

Valter: no Mercosul, ninguém vai chorar pela ausência venezuelana

revisse o cancelamento da concessão da emissora RCTV, o que levou o presidente da Venezuela a chamar os parlamentares brasileiros de “papagaios de Washington”.

Em apartes, Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Suplicy disseram considerar a entrada da Venezuela no Mercosul importante para o bloco. Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) salientou que Chávez “trata a Venezuela como se fosse dele”.



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo lembra que mecanismo só vale hoje para o Executivo

Legislativo pode ter prerrogativa de urgência em projeto

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou a edição excessiva de medidas provisórias (MPs) e afirmou que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) para fixar prazo de exame, pela Casa revisora, dos projetos de lei para os quais a Casa iniciadora tenha, pela maioria de seus membros, solicitado urgência.

– A inovação é a introdução do caráter de urgência, antes prerrogativa apenas do Poder Executivo, que se estende também às duas Casas legislativas – disse.



Roosevelt Pinheiro

Mário Couto vê intransigência da Eletronorte, que recusa acordo

Mário Couto pede indenização para famílias pobres

Mário Couto (PSDB-PA) fez apelo ao presidente da Eletronorte, Carlos Nascimento, no sentido de que a estatal promova um diálogo mais qualificado para a retirada de cerca de 400 famílias de comunidades pobres da Zona do Alagado, no Pará. No local ainda ocupado, serão construídas eclusas da barragem da hidrelétrica de Tucuruí.

Conforme o senador, o processo de remoção está sendo dificultado por intransigência da Eletronorte, que não teria aceitado proposta de acordo para indenização das famílias.

Debate promovido pela CRA discute a situação do setor sucroalcooleiro sob a ótica social e trabalhista

Pesquisadora denuncia impedimento de acesso a usina e plantação de cana

Empresas brasileiras do setor de açúcar e álcool impedem o acesso de pesquisadores às usinas e áreas de plantio de cana para estudos que poderiam determinar o impacto das atividades executadas sobre a saúde dos trabalhadores. A denúncia foi feita ontem por expositores que participaram de debate realizado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de discutir a situação do setor de biocombustíveis sob a ótica social e trabalhista.

– Garantam a nossa entrada que a gente começa a estudar tudo para ver se melhora – apelou a pesquisadora Maria Cristina Gonzaga, em resposta ao pedido feito por senadores para sugestões que possam contribuir para solucionar problemas no setor.

Maria Cristina é funcionária da Fundacentro, instituição vinculada ao Ministério do Trabalho que atua há 40 anos em pesquisas e estudos sobre saúde ocupacional. Desde 2004, ocorreram em São Paulo 13 mortes de canavieiros em plena atividade. A explicação corrente era que os óbitos decorriam de exaustão, mas a pesquisadora mencionou ainda a



Tenório (ao microfone) preside debate com Maria Cristina, Elimara e Eduardo

possibilidade de as mortes estarem também associadas a efeitos de produtos usados para acelerar o amadurecimento do plantio.

A pesquisadora destacou os danos decorrentes dos movimentos repetitivos envolvidos no corte da cana e criticou a inadequação dos equipamentos de proteção individual. Ela ressaltou como principal medida em favor dos trabalhadores o término das terceirizações na contratação – feitas por meio da figura do intermediário denominado “gato”, sem o cumprimento de requisitos prévios, como exames de saúde. Outra proposta é a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias.

O sindicalista Aparecido Bispo,

secretário-geral da Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo, confirmou a dificuldade de acesso a usinas e plantações. Segundo ele, isso dificulta tanto as pesquisas como a ação fiscalizadora dos sindicatos. Aparecido citou estudo feito com entidade da própria área patronal, que envolveu a verificação da pesagem da produção dos cortadores, para o qual apenas três usinas colaboraram.

Segundo Aparecido, é comum nos canaviais trabalhadores com câimbra, dor de cabeça e sangramento nasal. Além disso, afirmou haver pouca transparência na pesagem da produção.

Já a assessora sindical da União da Indústria da Cana-de-Açúcar, Elimara Sallum, destacou aspectos que revelam compromissos sociais das empresas que atuam no processamento, plantio e corte de cana. Mais de 1 milhão de trabalhadores, disse, são empregados no setor, sendo 93% com carteira assinada.

– É o maior índice do país de formalização no setor rural – sustentou.

Senadores defendem melhorias no setor de biocombustíveis

Na condução da audiência pública, João Tenório (PSDB-AL), vice-presidente da CRA, disse que o desejo de todos é pelo aperfeiçoamento do setor, e não sua eliminação. Nesse sentido, Elimara Sallum adiantou que as empresas do setor sucroalcooleiro pretendem eliminar, até 2014, a prática da queima dos canaviais. Essa medida, observou, facilita e agiliza a colheita, mas está associada à ocorrência de problemas de saúde entre os trabalhadores, pela inalação da fuligem produzida.

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), a fiscalização do Ministério do Trabalho sobre o setor rural tem sido freqüentemente marcada por excessos ou abusos. Segundo afirmou, julgamentos encerrados apenas no plano administrativo – ou seja, antes de o caso ser levado à Justiça – estão embasando o enquadramento de produtores rurais em uma “lista suja” que impede o acusado de ter acesso a financiamentos públicos ou participar de licitações.

– Isso é um tribunal de exceção – disse.

O senador Cícero Lucena (PMDB-PB), autor do requerimento para a realização da audiência na CRA, lembrou que o cenário é promissor para o setor de biocombustíveis. Ele ressaltou que o debate foi proposto para refletir o desejo de que o crescimento do setor esteja associado ao “projeto de um país mais justo, humano e solidário”.

Proteção aos trabalhadores é enfatizada durante o debate

Na opinião do senador Sibá Machado (PT-AC), a cana-de-açúcar, associada à escravidão no passado colonial, agora coloca o país como “ponta-de-lança” de projeto energético sustentável e com perspectivas econômicas promissoras. Segundo observou, o Estado deve ter importância decisiva no andamento do programa de biocombustíveis, inclusive para fixar exigências quanto a requisitos trabalhistas – ainda que, como assinalou, isso implique custos transferíveis aos preços.

Durante o debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) procurou saber se têm sido identificados casos de trabalho infantil ou escravo no setor sucroalcooleiro. Em resposta, Elimara afirmou que trabalho infantil é quase inexistente. Quanto ao trabalho escravo, observou que ainda falta ser firmada jurisprudência no país que permita definir adequadamente o conceito.

Já o senador José Nery (PSOL-PA) afirmou que atividade em condições análogas ao de trabalho escravo traduz uma “mentalidade colonialista” que ainda persiste entre a “elite rural” brasileira.

Também presente à audiência, o engenheiro de segurança Eduardo Koizume defendeu a adoção de um modelo de avaliação cardiorrespiratória capaz de aferir com precisão o desgaste de um trabalhador na atividade do corte de cana.



Roosevelt Pinheiro

Indústria de confecção e pecuária são destaques, ressalta Mão Santa

Mão Santa saúda Piri-piri pelos seus 97 anos

Mão Santa (PMDB-PI) homenageou ontem, em pronunciamento, a cidade de Piri-piri, que comemora 97 anos. Segundo o parlamentar, Piri-piri é a quarta cidade piauiense em população e a quinta em arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com destaque para a indústria de confecção e a pecuária.

O senador informou que Piri-piri tem “um dos melhores níveis de educação pública do estado”. Ele citou “filhos ilustres” da cidade, como o embaixador Expedito Rezende, “um dos mais notáveis membros do Itamaraty”, e o cirurgião Odival Coelho Rezende.

Na ocasião, Mão Santa também voltou a defender a classe médica e criticou os baixos salários da categoria.

Concurso “Ler é Preciso” tem apoio de Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) encontrou-se ontem com Christine Fontelles, diretora de Educação e Cultura do Instituto Eco-futuro, que veio apresentar ao senador o 6º Concurso de Redação Ler é Preciso. O tema deste ano é “O melhor lugar do mundo”, e os participantes devem escrever sobre seus sonhos para o mundo e expectativas sobre o futuro, tendo como base as Oito Metas do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000.

Após o encontro, o senador disse que é preciso adotar medidas que incentivem a leitura por todo o país. Ele anunciou que vai encaminhar projeto de lei criando a Semana da Leitura.



Descendentes de escravos querem regularização fundiária, diz João Pedro

João Pedro ressalta encontro nacional de quilombolas

O senador João Pedro (PT-AM) destacou a realização do 1º Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas, em Luziânia (GO), que conta com a participação de 146 pessoas de diversos estados brasileiros, com exceção do Acre e do Amazonas. Ele ressaltou que a principal preocupação dos descendentes de escravos é a regularização da situação fundiária de suas comunidades.

– O Senado deve se preocupar com isso para que um dia o país possa fazer um reparo histórico aos descendentes de africanos – reivindicou o representante do Amazonas.



Projetos de Flexa Ribeiro desmembram instituição e criam duas universidades

Flexa Ribeiro destaca os 50 anos da UFPA

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou requerimento de voto de homenagem pelos 50 anos da Universidade Federal do Pará (UFPA), celebrados na última segunda-feira. A instituição conta hoje, segundo informou, com quase 4 mil professores, 2 mil servidores e mais de 36 mil alunos de graduação.

O senador pediu ainda o apoio da governadora Ana Júlia Carepa a dois projetos de sua autoria (PLS 213 e 215, ambos de 2006) que autorizam o Poder Executivo a desmembrar a UFPA para criar a Universidade Federal do Oeste do Pará e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Papel da União Nacional dos Estudantes é lembrado em sessão que marca início do 50º Congresso Nacional da entidade

Senadores homenageiam UNE pelos 70 anos

O Plenário do Senado dedicou a primeira parte da sessão de ontem a homenagear a União Nacional dos Estudantes (UNE), que completa 70 anos de fundação no dia 13 de agosto. A sessão foi requerida pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e é

considerada pela entidade como o marco inicial de seu 50º Congresso Nacional, que se realiza em Brasília até o próximo dia 8.

Também foi homenageado pelo Senado o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à UNE, que tinha como objetivo difundir a cultura popular e a arte regional.



Inácio Arruda é o primeiro a discursar em Plenário na homenagem

O centro, inaugurado no Rio de Janeiro, em 1961, foi fechado pelo regime militar em 1964.

– A UNE sempre esteve ligada à história de lutas do país, deixando sua marca em todos os grandes episódios sociais e políticos do Brasil – afirmou Inácio Arruda.

Ao final da homenagem, foi

executado o hino da UNE, e a senhora Maria Rosa Leite, mãe do estudante Honestino Guimarães, desaparecido durante o regime militar, recebeu uma bandeira da UNE das mãos de Gustavo Petta, atual presidente da entidade, e do senador

Inácio Arruda.

Além de Gustavo Petta, compuseram a Mesa da sessão o ministro do Esporte, Orlando Silva; o secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti; o deputado Efraim Filho (DEM-PB); e o escritor Arthur Poerner.

JOÃO PEDRO

Ex-vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), na região Norte, no biênio 1980/1981 – quando o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) a presidia –, o senador João Pedro (PT-AM) saudou os 70 anos da entidade, destacando sua capacidade de assumir a defesa da educação sem descuidar de outros interesses nacionais. Para o senador, o fechamento da UNE pelos militares representou a “gênese” da resistência contra o regime.

IDELI SALVATTI

Ao homenagear a UNE, a Líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), lembrou a figura de Giuseppe Garibaldi, revolucionário italiano cujo bicentenário de nascimento foi comemorado ontem. A senadora também aproveitou a ocasião para recitar as duas primeiras estrofes da canção *Coração de Estudante*, de Milton Nascimento e Wagner Tiso.

MÃO SANTA

O senador Mão Santa (PMDB-PI) recordou a participação dos piauienses na UNE, destacando o nome do ex-governador do estado Tibério Nunes (1962-1963). Tibério foi presidente e vice-presidente da UNE nos anos 40 – no período pós-guerra e pós-ditadura Getúlio Vargas –, quando a entidade lançou uma campanha nacional contra os preços altos e o comércio no câmbio negro, que avançavam naquela oportunidade, conforme lembrou Mão Santa.

SIBÁ MACHADO

Sibá Machado (PT-AC) leu um texto de Arthur Poerner, que estava entre os homenageados, intitulado “UNE: Passado de conquistas, futuro de novos desafios”. No texto, o escritor faz um histórico e exalta as lutas, as realizações e as conquistas da entidade em sete décadas de existência, especialmente no processo de redemocratização do Brasil.

CRISTOVAM BUARQUE

Cristovam Buarque (PDT-DF) lançou à UNE o desafio de lutar por uma sociedade utópica em que, no tocante à educação, os filhos dos pobres sejam iguais aos filhos dos ricos.

– Ainda não somos efetivamente independentes. Por isso, a UNE precisa ajudar a completar esse processo por meio da distribuição do produto da redemocratização.

MESQUITA JÚNIOR

Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a história da UNE se confunde com a da luta do povo brasileiro por liberdade e democracia. Ele narrou que participou, com outros estudantes, em 12 de outubro de 1968, de uma invasão a uma quermesse de militares para protestar contra a ditadura. O episódio foi retratado em reportagem do jornal *Correio Braziliense*, cujo teor foi reproduzido ontem pelo senador.

VALDIR RAUPP

Na rápida retrospectiva sobre a trajetória da UNE, Valdir Raupp (PMDB-RO) frisou o seu surgimento em meio à ditadura de Getúlio Vargas e sua luta contra o nazi-fascismo, uma das primeiras bandeiras levantadas pela entidade. O senador ainda classificou a UNE “como celeiro de jovens lideranças que contribuíram para a consolidação da democracia”.

SERYS SLHESARENKO

Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou a importância daquela entidade político-estudantil na moderna história do país. De acordo com a senadora, “a bravura e a convicção ideológica dos estudantes forçaram as grandes mudanças políticas vividas pelo Brasil no século passado”.

– A força jovem é o grande motor de mudanças, muitas delas históricas. Por essa razão, conclamo os jovens a fazer as transformações necessárias – enfatizou.

MOZARILDO CAVALCANTI

Mozarildo Cavalcanti (PTB-MRR) disse que gostaria de colocar reflexões para os próximos 70 anos da UNE. Ele ressaltou a importância de saber o que fazer daqui para a frente, especialmente num país que espera muito da sua juventude. O senador afirmou que valores precisam ser mantidos pela nova geração e manifestou o seu receio quanto à forma como a imprensa noticia os fatos políticos, o que leva ao descrédito nos políticos.

JOSÉ NERY

José Nery (PSOL-PA) louvou a atuação da UNE em momentos-chave para a democracia brasileira ao longo de sua história e destacou a luta dos estudantes contra o avanço do privado sobre o público. Para o senador, como instrumento de luta pelas transformações nas universidades, a entidade deve fazer “avançar as condições materiais e culturais de vida”.

MARCONI PERILLO

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) considera que a luta da UNE em defesa da liberdade possibilitou a consolidação de governos democráticos no Brasil nos últimos tempos. O parlamentar ressaltou ainda em seu pronunciamento que o compromisso da entidade com a democracia, liberdade e ética “sempre se perfilou ao lado de movimentos em defesa da soberania, da anistia e da redemocratização do país”.

PEDRO SIMON

Pedro Simon (PMDB-RS), que presidiu a sessão plenária, convocou os estudantes a construírem um presente e um futuro melhores para o Brasil.

– Cabe a vocês fundar novos alicerces, sedimentados nos princípios fundamentais da ética. Quem sabe seja hora de ocupar as ruas, como em tantos outros tempos memoráveis – disse o senador.